

14. PROPOSTA – REGULAMENTO INTERNO DA COMPANHIA DE BOMBEIROS SAPADORES DE BRAGA:

Do **Sr. Vereador Dr. Altino Bessa** submetendo para aprovação do Executivo Municipal o Regulamento Interno da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, nos termos do nº 7 do artº 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, do Decreto-Lei nº 247/2007 (alterado pelo Decreto Lei nº 248/2012 de 21 de Novembro) e do Decreto-Lei nº 106/2002, de 13 de abril (alterado pelo Decreto-Lei nº 86/2019, de 2 de julho), que aqui se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas.

PROPOSTA – REGULAMENTO INTERNO DA COMPANHIA DE BOMBEIROS SAPADORES DE BRAGA

Considerando:

- Que a Companhia de Bombeiros de Braga, criada oficialmente a 8 de junho de 1799, tinha por missão manobrar uma bomba braçal de combate ao fogo e extinção dos incêndios,

- Que, atualmente são missões da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, dentro da sua área de atuação própria, o Município de Braga:

- A prevenção e o combate a incêndios;
- O socorro às populações em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral em todos os acidentes;
- O socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré hospitalar no âmbito do sistema integrado de emergência médica;
- A emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;
- A participação em outras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes foram cometidas;
- O exercício de atividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações;
- A participação em outras ações e o exercício de atividades, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos e nos fins do Município de Braga;
- A prestação de outros serviços previstos nos regulamentos internos e demais legislação aplicável.

- Na sua área de atuação própria, a atividade socioeconómica, a implantação de complexos industriais e a exploração de recursos naturais potenciam riscos naturais e tecnológicos, a que os Bombeiros Sapadores de Braga acorrem, cabendo-lhes a responsabilidade de atuação prioritária.

- Que a Companhia dos Bombeiros Sapadores de Braga dispõe de meios humanos e físicos adequados para uma resposta célere e eficaz às ocorrências a que respondem no seu dia-a-dia, seja no combate a incêndios

(florestais ou urbanos), ao socorro pré-hospitalar e aos acidentes de várias ordens, seja na resposta às situações inesperadas que poderão ocorrer no nosso Concelho.

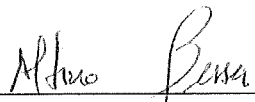
- Que atualmente a CBS se depara com uma nova realidade, nomeadamente com o aumento de recursos humanos qualificados e certificados pelas autoridades oficiais competentes,

Importa regular o bom funcionamento da Companhia de Bombeiros Sapadores, **propondo-se, para o efeito, que seja aprovado o regulamento interno da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga**, nos termos do n.º 7, do artigo 112.º, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do Decreto-Lei nº 247/2007 (alterado pelo Decreto-Lei nº 248/2012, de 21 de novembro), e do Decreto-Lei nº 106/2002, de 13 de abril (alterado pelo Decreto-Lei nº 86/2019, de 2 de julho).

Na elaboração do projeto de Regulamento Interno, foi levada a cabo a consulta dos Representantes dos Trabalhadores, para se pronunciarem sobre o teor do mesmo, tendo sido rececionados os contributos do Sindicato Nacional de Bombeiros Sapadores (SNBS), do Subchefe de 2ª classe Ricardo Fernandes (RF), do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais (SNBP), dos quais, após análise, se procedeu à introdução na proposta de redação final, os considerados de maior pertinência;

O presente Regulamento apresenta-se como um conjunto de normas e de orientações, por sua vez, exequíveis de auxiliarem no funcionamento regular da Companhia de Sapadores Bombeiros de Braga e de particularizarem as suas atuações e é de importância crucial na vida organizacional da Companhia de Bombeiros, que assim, verão o seu funcionamento mais harmonizado.

O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL



(Eng. Altino Bessa)

Regulamento Interno da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga

CAPÍTULO I **Disposições preliminares**

SECÇÃO I **Disposições gerais**

Artigo 1.º **Lei habilitante**

O Regulamento da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga, doravante também designada por “companhia de bombeiros”, é elaborado ao abrigo e nos termos do n.º 7, do artigo 112.º, e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do Decreto-Lei nº 247/2007 (alterado pelo Decreto-Lei nº 248/2012, de 21 de novembro), e do Decreto-Lei nº 106/2002, de 13 de abril (alterado pelo Decreto-Lei nº 86/2019, de 2 de julho).

Artigo 2.º **Âmbito e objeto**

O presente Regulamento aplica-se à Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga e estabelece a sua organização, funcionamento e estatuto pessoal.

SECÇÃO II **Caracterização**

Artigo 3.º **Natureza**

- 1 — A Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga é um corpo especial de funcionários especializados de proteção civil integrados no mapa de pessoal da Câmara Municipal.
- 2 — Criada por Carta Régia de D. João VI, a 8 de junho de 1799 é, na atualidade, integrada exclusivamente por elementos profissionais constituindo uma companhia de bombeiros sapadores.
- 3 — O pessoal designado pela Câmara Municipal de Braga para exercer funções na companhia que não detenha a categoria de bombeiro profissional fica sujeito às regras de subordinação hierárquica e disciplinar nesta em vigor, em tudo o que não exceda os limites do seu estatuto de trabalhadores em funções públicas, bem como ao disposto na lei, neste e noutros regulamentos.

Artigo 4.º **Dependência administrativa**

A companhia de bombeiros integra-se na unidade orgânica definida na estrutura de organização dos órgãos do Município de Braga, de acordo com o Regulamento dos Serviços Municipais e depende para efeitos funcionais, administrativos e disciplinares do Presidente da Câmara de Braga, ou em quem este delegar.

Artigo 5.º

Missão

1 — Constitui missão da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga:

- a) A prevenção e o combate a incêndios;
- b) O socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades;
- c) O socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- d) O socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar, no âmbito do sistema integrado de emergência médica;
- e) A proteção contra incêndios em edifícios públicos, casas de espetáculos e divertimento público e outros recintos, mediante solicitação e de acordo com as normas em vigor, nomeadamente prestando serviço de vigilância durante a realização de eventos públicos;
- f) Participar noutras atividades de proteção civil, no âmbito do exercício das funções específicas que lhes forem cometidas;
- g) Emitir, nos termos da lei, pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros;
- h) Exercer atividades de formação e sensibilização, com especial incidência nos domínios da prevenção contra o risco de incêndio e outros acidentes domésticos;
- i) Participar noutras ações para as quais esteja tecnicamente preparado e se enquadre nos seus fins específicos.

2 — Por despacho do Presidente da Câmara Municipal e, sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional, podem ser designados trabalhadores em funções públicas da carreira técnica superior para a execução da missão da alínea g), do n.º 1, nos termos da legislação de segurança contra incêndios em edifícios, desde que previamente credenciados pela ANEPC.

3 — Podem ser afetos à companhia de bombeiros, sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional, trabalhadores em funções públicas da Câmara Municipal para apoiar, colaborar, cooperar e assegurar o cumprimento das suas missões.

Artigo 6.º

Área de atuação

1 — A companhia de bombeiros tem como área de atuação o território do município de Braga, competindo-lhe a responsabilidade de atuação prioritária.

2 — Sem prejuízo da responsabilidade de atuação prioritária poderá verificar-se a primeira intervenção de outros corpos de bombeiros, em benefício da rapidez e prontidão do socorro, ou no âmbito de acordos de ajuda mútua, no caso de corpo de bombeiros com áreas de atuação adjacentes.

3 — A intervenção em local exterior à sua área de atuação só terá lugar em caso de requisição por entidade competente, ou no âmbito de acordos de ajuda mútua no caso de corpos de bombeiros com áreas de atuação adjacentes, ou no âmbito de outros protocolos celebrados com o Município de Braga.

4 — Recebida chamada de socorro com origem em local não pertencente à área de atuação da companhia de bombeiros, o operador de comunicações deve reencaminhá-la diretamente para o corpo de bombeiros respetivo, providenciando toda a ajuda necessária à satisfação do socorro solicitado.

Artigo 7.º

Tutela e dever de cooperação

1 — Sem prejuízo da legislação em vigor e da autonomia da entidade detentora da companhia de bombeiros, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil exerce sobre esta, nos termos da lei, a sua ação tutelar.

2 — A companhia de bombeiros tem o dever de colaborar com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO II

Organização

SECÇÃO I

Princípios gerais

Artigo 8.º

Unidade de comando

A companhia de bombeiros organiza-se de acordo com o princípio de unidade de comando que determina que todos os seus elementos atuam sob um comando hierarquizado único.

Artigo 9.º

Continuidade do comando

As substituições na cadeia de comando são sempre asseguradas, de forma automática, pelo titular da categoria imediatamente inferior e, dentro desta, pelo elemento de maior antiguidade.

Artigo 10.º

Continuidade do serviço

1 — O serviço prestado pela companhia de bombeiros é contínuo e acionado por duas cadeias de responsabilidade distintas:

- a) A cadeia normal de comando;
- b) A substituta e delegada da anterior, constituída pelo pessoal nomeado para serviço.

2 — A continuidade do serviço é garantida pela apresentação dos substitutos àqueles que são substituídos.

3 — Nenhum bombeiro pode abandonar o serviço sem fazer a entrega do mesmo ao seu sucessor.

SECÇÃO II

Organização da estrutura

Artigo 11.º

Unidades estruturais

A companhia de bombeiros tem as seguintes unidades estruturais:

- a) Comando
- b) Secção técnica;
- c) Secções operacionais;
- d) Centro de comunicações;
- e) Apoio administrativo;
- f) Gabinete de segurança contra riscos de incêndio (SCIE).

SECÇÃO III

Comando

Artigo 12.º

Comando

O comando a quem é conferida a autoridade para organizar, comandar e coordenar as atividades exercidas pela companhia de bombeiros incluindo, a nível operacional, a definição estratégica dos objetivos e das missões a desempenhar, é constituído por um Comandante, um 2º Comandante e um Adjunto Técnico.

Artigo 13.º

Comandante

1 — O comandante dirige a companhia de bombeiros e é o primeiro responsável pelo desempenho da companhia e dos seus elementos, tendo em atenção os princípios e normas legais em vigor competindo-lhe, nomeadamente:

- a) Garantir a unidade da companhia de bombeiros;
- b) Garantir a prontidão operacional;
- c) Assumir o comando das operações sempre que o entenda necessário;
- d) Assegurar, nos termos da lei, a articulação com o respetivo serviço municipal de proteção civil;
- e) Assegurar a articulação operacional permanente com as estruturas de comando operacionais de nível distrital;
- f) Garantir a articulação operacional com os corpos de bombeiros limítrofes;
- g) Zelar pela segurança e saúde dos bombeiros;
- h) Planear e desenvolver as atividades formativas e operacionais;
- i) Elaborar as normas internas necessárias ao bom funcionamento do corpo de bombeiros, bem como as estatísticas operacionais;
- j) Garantir a articulação entre a companhia de bombeiros e a Câmara Municipal de Braga, com respeito pelo respetivo regime jurídico e pelos fins da mesma entidade, submetendo a despacho do Presidente da Câmara, ou em quem este delegar, todos os assuntos que dele dependam;
- k) Propor a aquisição dos equipamentos necessários para o desempenho das missões, bem como os respetivos abates;
- l) Integrar comissões, grupos de trabalho ou órgãos coletivos, por inerência legal ou por nomeação do Presidente da Câmara Municipal;
- m) Propor os louvores e condecorações.

2 — O comandante pode, nos termos da lei, delegar competências;

Artigo 14.º

2º Comandante

1 — Ao 2º comandante compete substituir o comandante nas suas faltas e impedimentos, e superintender a atividade da estrutura operacional e de apoio, indispensável ao funcionamento da companhia de bombeiros, nomeadamente

- a) Coadjuvar o comandante no exercício das suas funções, e exercer as competências que por este lhe sejam delegadas;
- b) Substituir o comandante nas suas faltas ou impedimentos;

- c) Propor ao comandante as medidas que julgar necessárias para o melhor funcionamento da companhia de bombeiros.
- d) Fiscalizar a observância das escalas de serviço;
- e) Fiscalizar o serviço de instrução e a manutenção da disciplina dentro do quartel;
- f) Informar os documentos a submeter a despacho do Comandante;
- g) Propor ao Comandante as medidas que julgar necessárias para o melhor funcionamento dos serviços;
- h) Assumir o comando das operações sempre que o entenda necessário;
- i) Participar na avaliação do pessoal;
- j) Chefiar a secção técnica.

Artigo 15.º

Adjunto Técnico

O adjunto técnico substitui o 2º comandante nas suas faltas e impedimentos, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) Coadjuvar o comandante no exercício das suas funções, e exercer as competências que por este lhe sejam delegadas;
- b) Substituir o 2º comandante nas suas faltas ou impedimentos;
- c) Propor as medidas que julgar necessárias para o melhor funcionamento da companhia de bombeiros.
- d) Fiscalizar a observância das escalas de serviço;
- e) Fiscalizar o serviço de instrução e a manutenção da disciplina dentro do quartel;
- f) Informar os documentos a submeter a despacho do Comandante;
- g) Assumir o comando das operações sempre que o entenda necessário;
- h) Participar na avaliação do pessoal;
- i) Chefiar o gabinete técnico de segurança contra riscos de Incêndios (SCIE).

SECÇÃO IV

Secção Técnica

Artigo 16.º

Secção técnica

1 — A secção técnica, chefiada por um adjunto técnico, é responsável pelas missões de carácter técnico, de estado-maior, logísticas, administrativas, e de apoio, indispensáveis ao funcionamento da companhia de bombeiros.

2 — A secção técnica integra bombeiros, nas suas diversas categorias, necessários ao desenvolvimento da execução das tarefas das áreas de apoio e serviços, entre outras de estado-maior, logísticas, administrativas, economato, formação e instrução, recorrendo-se à constituição das equipas e brigadas que se mostrarem, a cada momento, necessárias e adequadas à missão.

SECÇÃO V

Secções Operacionais

Artigo 17.º

Secções operacionais

1 — As secções operacionais, chefiados por um chefe (de 2ª, 1ª, ou principal), são responsáveis pelo desempenho das atividades operacionais e de intervenção no âmbito das atribuições cometidas à companhia de bombeiros;

2 — Compete ainda à secção a execução das missões de formação, logística, e de apoio administrativo;

Artigo 18.º

Chefe

(de 2ª, 1ª, ou principal)

Ao chefe (de 2ª, 1ª, ou principal), responsável pelo comando das unidades secção, ou de escalão superior, compete-lhe nomeadamente:

- a) Coadjuvar os seus superiores hierárquicos com o maior zelo, sendo responsáveis pelo exato cumprimento das ordens emanadas;
- b) Exercer as funções de chefe de quartel;
- c) Desempenhar as funções inerentes à formação coletiva;
- d) Zelar pelo aprumo, apresentação, disciplina e boa ordem dentro do quartel;
- e) Zelar pela conservação do material, devendo comunicar superiormente, qualquer ocorrência;
- f) Verificar a observância das escalas de serviço;
- g) Comparecer prontamente em todos os atos de serviço, elaborando relatórios circunstanciados, designadamente quanto à forma como o pessoal e respetivo material se comportaram na prestação do serviço de socorro efetuado;
- h) Assumir o comando das operações de socorro, nos termos do sistema de gestão de ocorrências;
- i) Zelar pela segurança e boa atuação do pessoal;
- j) Comandar guardas de honra e formaturas;
- k) Rondar frequentemente o quartel, verificando se tudo se encontra em ordem e o material pronto para as missões de socorro;
- l) Coadjuvar o comando no exercício das suas funções e exercer as competências que por este lhe sejam delegadas.

Artigo 19.º

Subchefe principal

O subchefe principal substitui o chefe nas suas faltas e impedimentos, competindo-lhe, além das funções de chefe de brigada:

- a) Coadjuvar o chefe no exercício das suas funções, e exercer as competências que por este lhe sejam delegadas;
- b) Propor ao chefe as medidas que julgar necessárias para o melhor funcionamento da secção.

Artigo 20.º

Subchefe de 1ª classe

O subchefe de 1ª classe é auxiliar direto e imediato do subchefe principal, competindo-lhe especialmente, além das funções de chefe de equipa:

- a) Substituir o subchefe nas suas faltas e impedimentos;
- b) Instruir individualmente os bombeiros da sua equipa;
- c) Vigiar a forma como o pessoal cumpre as ordens recebidas, dando conhecimento imediato de qualquer ocorrência que possa interferir com a disciplina e a operacionalidade da companhia

de bombeiros, bem como das dificuldades que encontrar acerca da utilização do material e equipamentos;

- d) Na prestação de socorro agir com destreza, mas sem precipitação, cumprindo e fazendo cumprir as ordens, protocolos e orientações sobre a matéria;
- e) Auxiliar nas ações de formação técnica;
- f) Integrar guardas de honra e formaturas;
- g) Desempenhar, ao seu nível, funções de apoio administrativo e logístico.

Artigo 21.º

Subchefe de 2ª classe

O subchefe de 2ª classe é auxiliar direto e imediato do subchefe de 1ª classe, executando tarefas e manobras de responsabilidade acrescida, podendo chefiar equipas em intervenções de socorro, normalmente sob coordenação superior, competindo-lhe em especial:

- a) Coadjuvar e substituir nas suas faltas ou impedimentos o subchefe de 1ª classe;
- b) Executar, sob orientação superior, as manobras necessárias às operações de extinção, e salvamento de pessoas e bens, de acordo com os procedimentos, protocolos e técnicas de utilização;
- c) Executar técnicas de socorro a sinistrados e doentes;
- d) Chefiar guardas de prevenção a espetáculos e divertimentos públicos;
- e) Integrar guardas de honra e formaturas;
- f) Participar em atividades de âmbito logístico e administrativo;
- g) Executar com prontidão todos os outros serviços que lhe determinados.

Artigo 22.º

Bombeiro Sapador

Ao sapador cumpre, em especial:

- a) Executar, sob orientação superior, as manobras necessárias às operações de extinção de incêndios, e salvamento de pessoas e bens, de acordo com os procedimentos, protocolos e técnicas de utilização;
- b) Executar técnicas de socorro a sinistrados e doentes;
- c) Integrar guardas de prevenção a espetáculos e divertimentos públicos;
- d) Integrar guardas de honra e formaturas;
- e) Desempenhar ao seu nível funções de apoio administrativo e logístico;
- f) Executar com prontidão todos os outros serviços que lhe sejam superiormente determinados.

SECÇÃO VI

Centro de Comunicações

Artigo 23.º

Centro de Comunicações

1 — O centro de comunicações é responsável por assegurar:

- a) A exploração, manutenção e gestão das redes e sistemas de comunicações de apoio à companhia de bombeiros;
- b) Assegurar o apoio às operações de socorro, assistência e logística;
- c) Recolher e divulgar informações de carácter operacional;



d) Assegurar o acompanhamento permanente da situação do município, recolhendo toda a informação de carácter operacional e encaminhar os pedidos de apoio solicitados;

e) Possibilitar a mobilização rápida e eficaz do pessoal e meios disponíveis apoiando a direção coordenada das operações de socorro.

2 — O serviço do centro de comunicações é assegurado por Operadores de Comunicações – trabalhadores em funções públicas da Câmara Municipal de Braga, designados para o efeito, ou por pessoal da carreira de bombeiro.

3 — O centro de comunicações é uma área de acesso reservado.

Artigo 24.º

Operador de Comunicações

Ao operador de comunicações cumpre em especial:

a) Explorar e manter os equipamentos existentes no Centro de Comunicações, dando resposta a todas as chamadas com clareza e correção

b) Manter o seu conhecimento atualizado sobre as ordens de serviço ou outros avisos que informem sobre as características da área de intervenção, particularmente as condições de trânsito, condicionamentos eventualmente existentes, quanto à circulação e acesso dos veículos de socorro, bem como de outros fatores que possam prejudicar a sua rápida intervenção;

c) Permanecer vigilante durante o seu turno de serviço;

d) Receber e registar os pedidos de serviço, procurando colher as informações necessárias para o seu bom desempenho;

e) Acionar a saída do material, através de alarme ou de comunicação interna, em caso de intervenção, indicando imediatamente o local e outras particularidades que facilitem a preparação do plano de ação estabelecido ou a estabelecer pelo chefe de serviço;

f) Efetuar com rapidez todas as comunicações necessárias e regulamentares;

g) Manter a escuta permanente dos equipamentos de radiocomunicações, informando o superior hierárquico dos pontos de situação;

h) Não permitir a entrada no Centro de Comunicações de qualquer pessoa não autorizada;

i) Manter em perfeito estado de conservação e limpeza todos os materiais e equipamentos do Centro de Comunicações;

j) Comunicar superiormente, e efetuar o registo no relatório diário, de todas as deficiências verificadas.

SECÇÃO VII

Apoio administrativo

Artigo 25.º

Secretaria

1 — À secretaria / apoio administrativo compete assegurar:

a) O atendimento do público;

b) O registo, tratamento, manutenção e encaminhamento de todo o expediente relativo à companhia de bombeiros;

c) Organizar, tratar e manter todo o expediente relativo a processos de licenciamento, nomeadamente do licenciamento de queimadas, de lançamento de fogo-de-artifício, ou outros licenciamentos e vistorias;

d) Manter o respetivo arquivo, preferencialmente em suporte digital.

2 — O serviço da secretaria/apoio administrativo é assegurado por trabalhadores em funções públicas dos quadros da Câmara Municipal de Braga, designados para o efeito e/ou por bombeiros designados para tal.

3 — A secretaria/apoio administrativo é uma área de acesso reservado.

SECÇÃO VIII

Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE)

Artigo 26.º

Gabinete de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE)

1 — Ao gabinete de segurança contra incêndios em edifícios compete, no âmbito das competências transferidas para os Municípios, assegurar:

- a) A emissão de pareceres sobre as condições de SCIE;
- b) A emissão de pareceres sobre medidas de autoproteção;
- c) A realização de inspeções regulares sobre condições de SCIE;
- d) A realização de vistorias regulares sobre condições de SCIE;

2 — Organizar, tratar e manter todo o expediente relativo a processos no âmbito da SCIE, mantendo o respetivo arquivo, preferencialmente em suporte digital;

3 — O atendimento do público;

4 — O serviço técnico é assegurado por trabalhadores em funções públicas da Câmara Municipal de Braga, designados para o efeito e/ou por bombeiros habilitados para tal.

5 — O gabinete técnico de SCIE é uma área de acesso reservado

SECÇÃO IX

Organização de conjuntura

Artigo 27.º

Articulação

A intervenção da companhia de bombeiros articula-se, com as outras entidades intervenientes num mesmo teatro de operações, de acordo com o sistema de gestão de operações aprovado pelo Decreto-Lei nº 134/2006, de 25 de julho.

Artigo 28.º

Unidades operacionais de conjuntura

1 — Para efeitos do cumprimento das missões que cabem à companhia de bombeiros a secção organiza-se nas unidades conjunturais brigada e equipa.

2 — As brigadas e equipas são constituídas, de acordo com o fim das diferentes missões, e constam da escala da secção elaborada pelo respetivo chefe;

Artigo 29.º

Brigada

1 — A brigada é a unidade operacional da secção que integra duas equipas e o chefe de brigada.

2 — Compete à brigada o desempenho das atividades operacionais e de intervenção, no âmbito das atribuições cometidas à secção.

3 — O chefe de brigada é detentor da categoria de subchefe principal.

Artigo 30.º

Equipa

- 1 — A equipa é a unidade operacional da brigada que integra até seis bombeiros.
- 2 — Compete à equipa o desempenho das atividades operacionais e de intervenção, no âmbito das atribuições cometidas à brigada.
- 3 — O chefe de equipa é detentor da categoria de subchefe de 1ª classe.

SECÇÃO X

Funções não enquadradas

Artigo 31.º

Funções ocasionais

- 1 — Para além das funções inerentes a cada uma das categorias da carreira os bombeiros podem, sem prejuízo daquelas, ser designados excecionalmente para o exercício de funções necessárias à atividade da companhia de bombeiros, assim como da manutenção das suas instalações;
- 2 — Para efeitos do disposto no número anterior são, nomeadamente, funções ocasionais as seguintes:
 - a) Motorista;
 - b) Operador de comunicações;
 - c) Responsável de material/equipamento;
 - d) Formador/instrutor;
 - e) Participar noutras ações, para as quais estejam tecnicamente preparados e se enquadrem nos seus fins específicos.
- 3 — A designação ocasional pode ser feita pelo superior hierárquico direto do designado, comunicada imediatamente ao chefe de serviço e registada no seu relatório.

CAPÍTULO III

Funcionamento Interno

SECÇÃO I

Normas de funcionamento

Artigo 32.º

Normas de execução permanente

As normas de execução permanente (NEP) são documentos de tipo regulamentar que visam estabelecer regras destinadas à organização interna da companhia de bombeiros, facilitando a execução de atos de rotina e especificações referentes a material, equipamento, pessoal, operações e procedimentos de serviço.

Artigo 33.º

Ordem de serviço

- 1 — A ordem de serviço é o documento publicado periodicamente que relata toda a atividade da companhia de bombeiros, nomeadamente, escalas de serviço diversas, movimentos de férias, faltas e licenças do pessoal, aumento e abates de equipamento, e estatísticas das diversas das intervenções.

2 — É elaborada na secretaria sob a direção do comandante, ou de quem o substitui, procedendo-se à sua adequada divulgação pela afixação em local próprio e de fácil acesso a todos os bombeiros

3 — A periodicidade de publicação efetuar-se-á de acordo com as necessidades e as alterações de serviço.

SECÇÃO II

Atividade operacional

Artigo 34.º

Definições

1 — A atividade operacional desenvolvida pela companhia de bombeiros tem a natureza interna ou externa.

2 — Atividade interna é prestada no perímetro interior das instalações da companhia de bombeiros.

3 — Atividade externa é prestada fora das instalações, nomeadamente a decorrente das missões previstas no artigo 5º do presente regulamento.

Artigo 35.º

Apresentações

1 — Nenhum elemento em serviço na companhia de bombeiros inicia funções antes de se inserir na cadeia de comando, o que faz mediante apresentação aos seus superiores hierárquicos.

2 — Após o cumprimento das missões em que participou, das diligências efetuadas, bem como de ausências devidas a férias faltas ou licenças, a apresentação obrigatória efetua-se a:

- a) Comandante – ao Presidente da Câmara Municipal, ou em quem este delegar;
- b) 2º Comandante e adjunto técnico - ao comandante;
- c) Chefes, ao 2º comandante;
- d) Restante pessoal – ao superior hierárquico presente.

3. A apresentação efetua-se logo que termine a causa que a motivou.

Artigo 36.º

Formaturas

1 — O controlo do pessoal e equipamento, a transmissão de ordens, o iniciar de atividades ou comemorar de tradições, inicia-se com as formaturas previstas no presente regulamento.

- a) Formatura de alvorada;
- b) Formatura de início de serviço;
- c) Formatura de início de instrução;
- d) Formatura de recolher;
- e) Formatura do Dia da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga;
- f) Formatura para Guardas de Honra;
- g) Outras formaturas.

2 — O enquadramento das formaturas será sempre claramente definido e a sua duração o mais curta possível, de forma a favorecer a necessária compostura.

3 — O pessoal em formatura deve manter uma atitude firme e correta.

4 — O local da realização das diversas formaturas, bem como o uniforme a envergar, é determinado em NEP apropriada, ou pelo superior hierárquico que a determina.

Artigo 37.º

Formatura do Início de Serviço

- 1 — A formatura do início de serviço tem o objetivo de ler a respetiva escala, distribuir tarefas, fazer substituições e dar as primeiras ordens relativas ao turno de serviço que se inicia.
- 2 — Comparece à formatura todo o pessoal que integra a secção de serviço com exceção dos que estão empenhados em serviços que não possam ser desguarnecidos.
- 3 — Todo o pessoal forma em uniforme ou com equipamento de proteção individual.

Artigo 38.º

Revistas

- 1 — Sempre que for feita uma formatura ser-lhe-á passada revista pelo respetivo chefe.
- 2 — Nas revistas gerais serão observados os seguintes procedimentos:
 - a) Todas as dependências deverão estar, à hora determinada, abertas e em perfeito estado de arrumação e limpeza;
 - b) Os responsáveis pelas dependências estarão presentes;
 - c) As viaturas, em perfeito estado de limpeza, estando o motorista presente;
 - d) Na revista, o comandante é acompanhado pelo adjunto técnico;
 - e) O dia e hora da revista geral serão objeto de publicação em ordem de serviço;
- 3 — A revista a uma formatura tem por objetivo verificar:
 - a) A correção do uso do uniforme / equipamento de proteção individual;
 - b) O estado de higiene e atavio do pessoal.

Secção III

Atividade Interna

Artigo 39.º

Secção de serviço

- 1 — Para assegurar o serviço diário da companhia de bombeiros é nomeada uma Secção chefiada pelo respetivo chefe, de acordo com a escala de turnos.
- 2 — A constituição da secção poderá ser alterada de acordo com os interesses do serviço.

Artigo 40.º

Organização

O chefe de secção dirige, organiza, e estrutura o serviço diário, providenciando em:

- a) Elaborar escala de serviço da secção, afetando o pessoal às diversas equipas, ou brigadas, de intervenção;
- b) Afetar o pessoal às diversas tarefas de rotina;
- c) Promover nos horários especificados as atividades de instrução e formação;
- d) Rondar as instalações com frequência;
- e) Registar as ocorrências que verificar;
- f) De acordo com as normas de organização do serviço, certificar-se que todos os veículos e equipamentos se encontram em condições de prontamente serem utilizados, e colocados nos seus lugares, dando conhecimento ao Comando de qualquer avaria ou falta que tenha verificado;
- g) Não consentir que os elementos do serviço se ausentem do quartel sem ser por motivo de serviço ou devidamente autorizados;

- h) Resolver com critério e decisão acerca de qualquer pedido de socorro, de acordo com a norma interna de afetação de meios, comunicando e fazendo comunicar os respetivos pontos de situação;
- i) Verificar se os equipamentos de proteção individual dos bombeiros da sua secção se encontram em prontidão de utilização.

Artigo 41.º

Atividade diária

O horário das atividades diárias internas de rotina a desenvolver, consta da respetiva norma de execução permanente, e é constituído por:

- a) Alvorada;
- b) Início do serviço;
- c) Verificação e revista de veículos;
- d) Verificação e revista de equipamentos;
- e) Instrução;
- f) Horários para as refeições;
- g) Lçar e arrear das bandeiras;
- h) Recolher;
- i) Silêncio.

Artigo 42.º

Recolher

À hora determinada para o recolher, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

- a) São fechadas portas e portões exteriores;
- b) A sala do bombeiro passa a funcionar com som e iluminação reduzidas.

Artigo 43.º

Silêncio

- 1 — O silêncio é o período durante o qual está proibido qualquer barulho, conversa ou atividade que possa alterar o sossego do quartel.
- 2 — O início do silêncio é assinalado meia hora após o recolher.
- 3 — Durante o período de silêncio é reduzida a iluminação do quartel, funcionando apenas o centro de comunicações.
- 4 — Em condições excecionais e por autorização expressa do chefe de serviço, pode ser prolongada a hora do recolher, devendo tal autorização e motivos constarem do relatório de serviço.
- 5 — O silêncio é interrompido em caso de atividade de socorro, ou outra, que implique a saída de pessoal e equipamento.
- 6 — O silêncio voltará a ser observado após o regresso das equipas de intervenção, reposição de cargas, abastecimentos, e limpeza de equipamentos.

Artigo 44.º

Alvorada

- 1 — A alvorada é o momento a partir do qual se reinicia a atividade normal da companhia de bombeiros.
- 2 — À hora da alvorada todo o pessoal que pernoite no quartel levanta-se, dando início ao arejamento e arrumo das camaratas e aos cuidados de higiene pessoal.

Artigo 45.º

Força mínima de intervenção

Deverá ser sempre garantido no quartel o efetivo mínimo para atendimento de uma chamada de socorro, de acordo com o estabelecido em norma de execução permanente específica.

Artigo 46.º

Troca de serviço

São permitidas trocas de serviço de escala entre bombeiros da mesma categoria, desde que não impliquem prejuízo para o serviço, observando-se, para a sua concessão, o seguinte:

- 1 — Deve ser solicitada até à antevéspera da sua execução;
- 2 — O respetivo chefe de secção informa do não prejuízo para o serviço, e submete a pretensão a despacho do comandante;
- 3 — Na escala de serviço é inscrito o número do bombeiro que realmente o executa indicando-se, porém em “observações”, com quem trocou;
- 4 — As trocas de serviço não podem acarretar prejuízo para o serviço, nomeadamente alterar a duração do horário semanal de trabalho, nem implicar a execução de trabalho extraordinário.

Secção IV

Atividade externa

Artigo 47.º

Atividade de socorro

Os serviços de socorro solicitados à companhia de bombeiros são tratados com zelo e prontidão.

Artigo 48.º

Prestação do socorro

Logo que seja recebida chamada de socorro, a secção de serviço atua de modo que, com a maior rapidez, mas sem precipitações, se verifique a saída de veículos e equipamento apropriados, de acordo com as regras operacionais estabelecidas na respetiva norma ou protocolo de afetação de recursos.

Artigo 49.º

Condução de veículos

Na condução dos veículos são observadas as regras do código da estrada, nomeadamente no que se refere a sentidos de circulação, limites de velocidade e uso de sinais sonoros dos veículos prioritários.

Artigo 50.º

Limites de velocidade

- 1 — Na circulação de veículos observar-se-ão os limites de velocidade impostos pelo código da estrada.
- 2 — Quando em marcha de socorro é competência do chefe de equipa a indicação da limitação de velocidade, bem como a indicação ao condutor do local de estacionamento, tendo em vista a segurança do pessoal e veículos, assim como a garantia de circulação de outros veículos de socorro.



3 — Nas situações em que o condutor não tenha condições para cumprimento da ordem do chefe de equipa, pode ser substituído sempre que daí resulte o aumento da eficácia das operações.

Artigo 51.º

Equipamento de proteção individual

O uso dos equipamentos de proteção individual nas operações de socorro é obrigatório nas situações previstas na respetiva norma de execução permanente, sendo responsabilidade do Município o seu fornecimento e substituição

Artigo 52.º

Fases da intervenção em operações de socorro

1 — De acordo com o conceito da marcha geral das operações de combate a intervenção nas operações de socorro estrutura-se nas seguintes fases:

- a) Reconhecimento;
- b) Salvamentos;
- c) Estabelecimento dos meios de ação;
- d) Ataque e proteção
 - i. Em curso, ou ativo;
 - ii. Em resolução, ou dominado;
 - iii. Conclusão/Rescaldo
 - iv. Vigilância

2 — O pessoal que não estiver empenhado nas operações de socorro manter-se-á junto dos respetivos veículos, no local que para tal for designado.

3 — A cada fase das operações corresponde a emissão, para o Centro de Comunicações, do respetivo ponto de situação.

Artigo 53.º

Início e fim das operações de socorro

O início, o fim, bem como as diversas fases das operações de socorro, são comunicados ao Comando Distrital de Operações de Socorro.

Secção V

Outra atividade externa

Artigo 54.º

Prevenções

As atividades de prevenção destinadas a evitar os incêndios e outros sinistros, são requisitados pelos interessados de acordo com as normas estabelecidas, e podem compreender:

- a) Vistorias, exames periciais e inspeções;
- b) Medidas de prevenção;
- c) Piquetes de prevenção.

Artigo 55.º

Vistorias, exames e inspeções

1 — Nas vistorias, exames e inspeções a que são chamadas a intervir elementos da companhia de bombeiros são definidos, para cada caso, medidas a tomar com vista a limitar os riscos de incêndio e outros, de acordo com as normas legais existentes.

2 — A peritagem fica sujeita ao regime do segredo profissional.

Artigo 56.º

Notificação

As medidas de prevenção a adotar serão notificadas pelo comandante da companhia de bombeiros à entidade competente para promover a sua observância.

Artigo 57.º

Piquetes de prevenção

1 — Os piquetes de prevenção, constituídos por equipas ou brigadas, fazem cumprir, nos locais e estabelecimentos a que estejam destinadas, as normas gerais de segurança relativas à proteção contra o risco de incêndio.

2 — Constituem deveres do chefe do piquete de prevenção:

- a) Apresentar-se no local à hora estabelecida, promovendo de imediato o reconhecimento do local;
- b) Distribuir o pessoal pelos locais adequados;
- c) Efetuar rondas frequentes;
- d) Providenciar de imediato acerca de qualquer ocorrência que interesse ao serviço, comunicando-a e solicitando ordens, quando delas careça;
- e) Diligenciar no sentido de se manterem desimpedidos os caminhos de evacuação;
- f) Dar cumprimento a todas as demais determinações em vigor.

CAPÍTULO IV

Instrução e formação

Artigo 58.º

Instrução

1 — A instrução do pessoal da companhia de bombeiros é ministrada sob direção do comandante, de acordo com programa previamente estabelecido compreendendo:

- a) Instrução de acesso para todas as categorias da carreira de bombeiro necessária à progressão;
- b) Instrução contínua que visa o treino e o saber fazer, através do aperfeiçoamento permanente do pessoal da companhia de bombeiros.

2 — A instrução contínua integra, para além de ordem unida, as diversas manobras de estabelecimento e manuseamento dos meios da companhia de bombeiros

3 — A educação física compreende ginástica, natação, atletismo e jogos desportivos visando desenvolver as aptidões físicas dos bombeiros, aumentando-lhes a resistência e a agilidade.

Artigo 59.º

Formação

1 — A formação é o processo através do qual é proporcionado aos bombeiros a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, exigidas para o desempenho das suas funções específicas.

2 — O pessoal da companhia de bombeiros tem direito à formação adequada e à frequência de cursos colóquios e seminários e outras ações de formação destinadas ao seu aperfeiçoamento técnico.



BRAGA
Município

Companhia de Bombeiros Sapadores



3 — A formação profissional nas vertentes técnicas é assegurada pelo município, bem como pelas seguintes entidades:

- a) Direção Geral das Autarquias Locais;
- b) Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;
- c) Escola Nacional de Bombeiros;
- d) Instituto Nacional de Emergência Médica;
- e) Instituto de Socorros a Náufragos;
- f) Outras entidades.

4 — A formação de âmbito interno é ministrada pelos respetivos chefes e subchefes, sob a direção do comandante e segundo plano anual a integrar no plano de formação do Município de Braga.

Artigo 60.º

Plano anual

O comandante elabora o plano anual de instrução e formação, bem como relatório sucinto sobre a instrução e formação ministradas no ano anterior, do qual conste o aproveitamento, faltas verificadas e sua justificação.

CAPÍTULO V

PESSOAL

Secção I

Quadros de pessoal

Artigo 61.º

Quadros de pessoal

1 — Os elementos que compõem a companhia de bombeiros integram os seguintes quadros de pessoal:

- a) Quadro de comando;
- b) Quadro ativo.

2 — Quadro de comando é constituído pelo comandante, 2º comandante e adjunto técnico.

3 — O Quadro ativo é constituído pelos elementos da carreira de bombeiro com as categorias de chefe principal, chefe de 1ª classe, chefe de 2ª classe, subchefe principal, subchefe de 1ª classe, subchefe de 2ª classe, e bombeiro sapador.

Artigo 62.º

Dotações de pessoal

1 — A unidade mínima em serviço por turno no quartel sede da companhia de bombeiros é o de uma secção, devidamente chefiada, a duas brigadas devidamente chefiadas, a duas equipas cada devidamente chefiadas;

2 — A criação de uma unidade destacada do quartel sede será composta por uma secção, que assegurará, como unidade mínima em serviço por turno, uma equipa devidamente chefiada.

4 — A dotação global é a prevista no mapa de pessoal do Município de Braga.

Artigo 63.º

Processos Individuais

1 — Os elementos da companhia de bombeiros têm processos individuais no qual constam os factos relacionados com o tempo e qualidade de serviço prestado, incluindo o seu registo disciplinar.

2 — A informação constante no respetivo processo individual é também registada no Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses (RNBP), sistema de informação e gestão do registo dos bombeiros portugueses, constituído por um suporte aplicacional e uma base de dados central, residentes na Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Artigo 64.º

Cartão de identificação

Os cartões de identificação dos bombeiros da companhia são emitidos pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Secção II

Quadro de comando

Artigo 65.º

Comandante

O recrutamento para o cargo de comandante é feito, por escolha, de entre indivíduos licenciados com experiência de, pelo menos quatro anos na área da proteção e socorro e no exercício de funções de comando ou de chefia.

Artigo 66.º

2º Comandante

O recrutamento para o cargo de 2º comandante é feito, por escolha, de entre indivíduos licenciados com experiência de, pelo menos quatro anos na área da proteção e socorro e no exercício de funções de comando ou de chefia.

Artigo 67.º

Adjunto Técnico

O recrutamento para o cargo de adjunto técnico é feito, por concurso, de entre trabalhadores em funções públicas da carreira técnica superior ou da carreira de bombeiro sapador licenciados, com experiência de, pelo menos, quatro anos na mesma.

Artigo 68.º

Provimento dos cargos de comando

Os titulares dos cargos de comando são providos em comissão de serviço, pelo período de cinco anos, renovável por igual período, mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal de Braga.

Artigo 69.º

Posse nos Cargos de Comando

1 — O comandante, o 2º comandante, e os adjuntos técnicos são empossados pelo Presidente da Câmara Municipal, em cerimónia efetuada perante a formatura geral da companhia de bombeiros;

2 — O comandante empossado elabora, no prazo de 30 dias úteis, relatório sobre o estado da companhia de bombeiros, onde conste a sua caracterização, recursos humanos e materiais, instalações, e propostas de orientação a curto e médio prazo:

Secção III
Quadro ativo
Artigo 70.º

Carreira de bombeiro sapador

1 — A carreira de bombeiro sapador desenvolve-se pelas categorias de chefe principal, chefe de 1ª classe, chefe de 2ª classe, subchefe principal, subchefe de 1ª classe, subchefe de 2ª classe, e bombeiro sapador;

2 — O recrutamento para as categorias da carreira de bombeiro sapador obedece às seguintes regras:

- a) Chefe principal, de entre chefes de 1ª classe com, pelo menos, três anos na categoria, com classificação de desempenho adequado e aproveitamento em curso de promoção;
- b) Chefe de 1ª classe, de entre chefes de 2ª classe com, pelo menos, três anos na categoria, com classificação de desempenho adequado e aproveitamento em curso de promoção;
- c) Chefe de 2ª classe, de entre subchefes principais com, pelo menos, três anos na categoria, com classificação de desempenho adequado e aproveitamento em curso de promoção;
- d) Subchefe principal, de entre subchefes de 1ª classe com, pelo menos, três anos na categoria, com classificação de desempenho adequado e aproveitamento em curso de promoção;
- e) Subchefe de 1ª classe, de entre subchefes de 2ª classe com, pelo menos, três anos na categoria, com classificação de desempenho adequado e aproveitamento em curso de promoção;
- f) Subchefe de 2ª classe, de entre bombeiros sapadores com, pelo menos, quatro anos na categoria, com classificação de desempenho adequado e aproveitamento em curso de promoção;
- g) Bombeiro sapador, de entre bombeiros sapadores recrutas, aprovados em estágio com classificação não inferior a 14 valores.

Artigo 71.º

Cursos de promoção

1 — Os candidatos ao provimento em lugares que dependam de aprovação em curso de promoção, são graduados de acordo com a classificação final obtida, resultante da média aritmética da classificação do respetivo curso e da avaliação curricular.

2 — A admissão aos cursos de promoção é feita mediante prestação de provas, que podem revestir a forma de provas de conhecimentos específicos e provas físicas, devendo o conteúdo e as regras processuais ser fixados, de acordo com a lei geral, no respetivo regulamento de concursos.

3 — A admissão aos cursos de promoção é precedida de inspeção médica para avaliar a robustez física dos candidatos e o estado geral de saúde, tendo em vista o desempenho das funções correspondentes à categoria superior.

4 — A desistência ou a exclusão da admissão a concurso ou da frequência do curso de promoção por duas vezes, quando não fundamentada ou por motivos imputáveis ao bombeiro, impede a admissão a novo curso de promoção nos três anos subsequentes.

5 — A duração, o conteúdo programático e o sistema de funcionamento e avaliação dos cursos de promoção são os constantes no estatuto dos bombeiros profissionais da administração local.



6 — Na graduação final são salvaguardadas as normas em vigor no que respeita à proteção dos candidatos que sofram de alguma incapacidade fruto de acidente de trabalho ou doença, verificados no decurso da relação contratual.

Artigo 72.º

Estágio

1 — O estágio tem carácter probatório e visa a formação e adaptação do candidato às funções para que foi recrutado e integra a frequência de cursos de formação teóricos e práticos diretamente relacionados com as funções a exercer.

2 — Podem candidatar-se ao estágio para bombeiro sapador os indivíduos com idade inferior a 25 anos, completados no ano da abertura do concurso, habilitados com 12º ano de escolaridade.

3 — O recrutamento dos candidatos ao estágio faz-se mediante concurso de prestação de provas de conhecimentos gerais e provas práticas, precedidas de inspeção médica para avaliar a robustez física dos candidatos e o estado geral de saúde, tendo em vista determinar a aptidão para o exercício das funções a que se candidatam.

4 — A frequência do estágio é feita em regime de contrato administrativo de provimento, nos casos de indivíduos não vinculados à função pública, e em regime de comissão de serviço extraordinária, nos restantes casos, nos termos da lei geral.

5 — O estágio tem a duração de um ano, findo o qual os recrutas são ordenados em função da classificação obtida.

6 — Os recrutas aprovados com classificação mínima de *Bom* são nomeados definitivamente nos lugares de bombeiro sapador.

7 — O estágio rege-se pelo respetivo regulamento de Ingresso.

Secção IV

Deveres

Artigo 73.º

Princípios gerais de conduta

1 — Em todos os seus atos o bombeiro deve manifestar dotes de carácter, espírito de obediência, de sacrifício, e aptidão para bem servir, que lhe permitam e o capacitem para zelar ativamente pelo respeito das leis e pela proteção de pessoas e bens, através do cumprimento das mais diversificadas missões de proteção e socorro, que lhe impõem um desempenho contínuo e empenhado.

2 — Dedicado ao serviço, o bombeiro obriga-se a nortear a sua atuação em conformidade com os códigos de conduta e demais deveres estatutários e disciplinares.

Artigo 74.º

Deveres gerais

1 — Os elementos da companhia de bombeiros prestam serviço devidamente uniformizados, com uma apresentação pessoal cuidada, dando especial atenção ao atavio e higiene pessoal, contribuindo para a boa apresentação individual e fortalecimento da imagem da companhia de bombeiros, constituindo deveres gerais:

- a) O dever de prossecução do interesse público que consiste na sua defesa, no respeito pela Constituição, pelas leis e pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos;
- b) O dever de isenção que consiste em não retirar vantagens, diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras para si ou para terceiro, das funções que exerce.



- c) O dever de imparcialidade que consiste em desempenhar as funções com equidistância relativamente aos interesses com que seja confrontado, sem discriminar positiva ou negativamente qualquer deles, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos.
- d) O dever de informação que consiste em prestar ao cidadão, nos termos legais, a informação que seja solicitada, com ressalva daquela que, naqueles termos, não deva ser divulgado.
- e) O dever de zelo que consiste em conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, bem como exercer as funções de acordo com os objetivos que tenham sido fixados e utilizando as competências que tenham sido consideradas adequadas.
- f) O dever de obediência que consiste em acatar e cumprir as ordens dos legítimos superiores hierárquicos, dadas em objeto de serviço e com a forma legal.
- g) O dever de lealdade que consiste em desempenhar as funções com subordinação aos objetivos do órgão ou serviço.
- h) O dever de correção que consiste em tratar com respeito os utentes dos órgãos ou serviços e os restantes trabalhadores e superiores hierárquicos.
- i) Os deveres de assiduidade e de pontualidade que consistem em comparecer ao serviço regular e continuamente e nas horas que estejam designadas.

Artigo 75.º

Incompatibilidades

1 — O exercício de funções na companhia de bombeiros é incompatível com o exercício, em simultâneo, de funções noutro corpo de bombeiros ou organização pública ou privada, cuja atividade colida com os fins e interesses da companhia de bombeiros, nomeadamente nos domínios do socorro, do transporte de doentes e da prevenção e segurança contra riscos de incêndio.

2 — No exercício das suas funções, os elementos da companhia de bombeiros não podem tomar parte em atos comerciais ou de outra natureza que ofendam a ética e deontologia ou ponham em causa a imagem e o bom nome da companhia de bombeiros.

Secção V

Deveres especiais

Artigo 76.º

Serviços mínimos

O pessoal em serviço na companhia de bombeiros assegura obrigatoriamente, em qualquer caso, os serviços mínimos indispensáveis para satisfazer as necessidades sociais impreteríveis no âmbito das suas funções de agentes especializados de proteção civil.

Artigo 77.º

Disponibilidade permanente

1— O serviço do pessoal da companhia de bombeiros é de carácter permanente e obrigatório, devendo os bombeiros assegurar o serviço quando convocados pelas entidades competentes.

2— Para efeitos do número anterior, a disponibilidade permanente reporta-se às funções decorrentes do exercício da missão da companhia de bombeiros, enunciada nas alíneas a) a d), do número 1, do artigo 5º deste regulamento.

Artigo 78.º

Residência

- 1 — O pessoal da companhia de bombeiros deve residir em Braga.
- 2 — Quando especiais circunstâncias o justifiquem e não haja prejuízo para a disponibilidade permanente para o exercício de funções, podem os funcionários ser autorizados a residir em localidade diferente.

Secção VI

Direitos e regalias

Artigo 79.º

Direitos

Os elementos da companhia de bombeiros gozam dos direitos previstos na lei geral para os demais trabalhadores da administração pública.

Artigo 80.º

Formação profissional

Tendo em vista a eficácia do desempenho da sua ação, bem como ao seu desenvolvimento e promoção na carreira, é assegurada a adequada formação contínua.

Artigo 81.º

Acumulação de funções

Aos elementos em serviço na companhia de bombeiros, pode ser concedida a autorização para acumulação de funções, nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e desde que seja assegurada a disponibilidade permanente.

Artigo 82.º

Férias, faltas e licenças

- 1 — O pessoal em serviço na companhia de bombeiros está sujeito ao regime de férias, faltas e licenças da administração local;
- 2 — As férias, faltas e licenças, dos elementos do quadro de comando são comunicadas ao Comando Distrital de Operações de Socorro.

Artigo 83.º

Regime disciplinar

- 1 — Ao pessoal em serviço na companhia de bombeiros, aplica-se o regime disciplinar estabelecido aos trabalhadores que exercem funções públicas.
- 2 — O comandante comunica ao comandante distrital de operações de socorro as decisões tomadas e penas aplicadas no âmbito de procedimento disciplinar.
- 3 — A aplicação de penas disciplinares é inscrita no respetivo registo disciplinar.

Artigo 84.º

Horário de trabalho

- 1 — Ao pessoal em serviço na companhia de bombeiros, aplica-se o regime de duração e horário de trabalho da administração pública, com a possibilidade de se efetuarem até doze horas de trabalho contínuas.

2 — Os períodos de funcionamento, horários de trabalho e respetiva regulamentação são aprovados pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga.

Artigo 85.º

Classificação de serviço

Ao pessoal em serviço na companhia de bombeiros, aplica-se o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho para a administração local.

Artigo 86.º

Estatuto remuneratório

Ao pessoal em serviço na companhia de bombeiros, aplicam-se as escalas salariais definidas em diploma próprio.

Artigo 87.º

Patrocínio judiciário

Os elementos da companhia de bombeiros têm direito a assistência e patrocínio judiciário nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções, nos termos da lei.

Artigo 88.º

Acidentes em serviço e doenças profissionais

Ao pessoal em serviço na companhia de bombeiros aplica-se a legislação em vigor em matéria de acidentes em serviço e doenças profissionais.

Artigo 89.º

Outros direitos

São ainda direitos dos elementos da companhia de bombeiros:

- 1 — O uso de uniforme e distintivos nos termos da regulamentação própria;
- 2 — Receber condecorações por mérito e abnegação demonstrados no exercício das suas funções, nos termos de regulamento próprio;
- 3 — Beneficiar de seguro adequado;
- 4 — Beneficiar de vigilância médica da saúde através de inspeções médico-sanitárias periódicas e ainda da vacinação adequada;
- 5 — Beneficiar do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho nos termos da legislação vigente;
- 6 — Beneficiar da bonificação em tempo, para efeitos de aposentação ou reforma relativamente aos anos de serviço prestado como bombeiro.

Artigo 90.º

Regalias no âmbito da educação

Os elementos da companhia de bombeiros têm direito às seguintes regalias no âmbito da educação:

- a) Relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em atividade operacional, quando requerida pelo comandante da companhia de bombeiros;
- b) Realizarem, em data a combinar com o docente ou de acordo com as normas internas em vigor no estabelecimento de ensino, os testes escritos a que não tenham podido comparecer comprovadamente por motivo do cumprimento de atividade operacional.

c) Aos bombeiros, com pelo menos dois anos de serviço efetivo é concedida ainda a faculdade de requererem em cada ano letivo até cinco exames para além dos exames previstos nas épocas normais e especiais, já consagradas na legislação em vigor, com um limite máximo de dois por disciplina.

Secção VII

Distinções e condecorações

Artigo 91.º

Generalidades

1 — Ao pessoal da companhia de bombeiros podem ser atribuídas recompensas que visam reconhecer o mérito e abnegação demonstrados no exercício das suas missões, nos termos dos regulamentos de concessão de medalhas de mérito e de distinções honoríficas, e nas previstas em legislação aplicável aos trabalhadores da Administração Local.

2 — As recompensas a atribuir podem revestir a forma de:

- a) Referências elogiosas;
- b) Louvores;
- c) Distinções honoríficas.

Artigo 92.º

Referência elogiosa e louvor

A referência elogiosa e o louvor podem ser individuais ou coletivos, e destinam-se a reconhecer atos de grande valor, sendo publicados em ordem de serviço e registados no respetivo processo individual.

Artigo 93.º

Menção de mérito excelente

A menção de mérito excelente destina-se a situações de relevante desempenho de funções e são atribuídas no âmbito do sistema de avaliação de desempenho.

Artigo 94.º

Distinções honoríficas

1 — A atribuição de distinções honoríficas ou condecorações destinam-se a premiar atos extraordinários ou relevantes, nos quais se tenham revelado qualidades de bravura, coragem, energia, decisão, abnegação, bom comportamento e grande dedicação pelo serviço.

2 — A concessão é publicada em ordem de serviço, registada no respetivo processo individual, e a atribuição feita em formatura geral.

CAPÍTULO VI

Uniformes

Artigo 95.º

Regulamento de uniformes

1 — Os uniformes e distintivos a usar na companhia de bombeiros tem a composição e usos definidos no regulamento de uniformes.

2 — Os uniformes, e equipamentos de proteção individual a utilizar nas diversas situações é regulado por norma de execução permanente específica.



3 — As peças que constituem os uniformes, e os equipamentos de proteção individual, têm o período de duração e distribuição determinados em norma de execução específica.

4 — Não é permitido o uso de qualquer peça do fardamento fora do horário de serviço, com exceção das deslocações da residência para o serviço, do serviço para a residência, e das demais autorizadas pelo Comando, sempre que tal se revele conveniente.

Artigo 96.º

Atavio e apresentação

1 — No cumprimento de serviços que envolvam mais que um bombeiro, usa-se o mesmo tipo/número de uniforme.

2 — Definem-se em norma de execução permanente os uniformes correspondentes aos diversos tipos de serviços a prestar.

Artigo 97.º

Limpeza e engomadoria do fardamento

A limpeza, conservação e engomadoria do fardamento individual é da responsabilidade de cada bombeiro, com exceção da limpeza dos fatos de proteção individual que são tratados nas instalações da companhia de bombeiros.

Artigo 98.º

Cabelo, barba e adornos

O cabelo, barba, e o uso de adornos, tendo em vista salvaguardar as questões de segurança e de saúde dos profissionais e do público, obedecem às disposições seguintes:

- a) O cabelo dos bombeiros masculinos deve apresentar-se limpo e cuidado;
- b) O cabelo dos bombeiros femininos deve apresentar-se limpo e cuidado quando solto, não deve ultrapassar a base do colarinho da camisa, ou ser apanhado na nuca;
- c) O uso de barba não pode prejudicar a utilização de equipamentos, nomeadamente os de proteção individual.
- d) O uso de fios, de adornos exteriores, de pulseiras, de anéis, brincos, “*piercings*”, não pode prejudicar o uso adequado de equipamentos de proteção individual nem por em causa a segurança dos profissionais e do público.

Artigo 99.º

Artigos de higiene pessoal

1 — O pessoal em serviço na companhia de bombeiros tem a seu cargo a aquisição, limpeza e conservação dos seus artigos de higiene pessoal.

2 — São considerados artigos de higiene pessoal escovas de dentes, pentes, pastas dentífricas, cremes, champô, gel de banho, e sabonetes.

CAPÍTULO VII

Veículos e equipamentos

Artigo 100.º

Características

Os veículos e equipamentos da companhia de bombeiros obedecem às regras específicas de normalização técnica aplicáveis.



Artigo 101.º

Veículos

1 — Na homologação de veículos de socorro é obrigatório e vinculativo o parecer técnico-operacional da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

2 — Os veículos de socorro da companhia de bombeiros são de cor base vermelha, e numerados e identificados de acordo com o “Regulamento de Especificações Técnicas de Veículos e Equipamentos Operacionais dos Corpos de Bombeiros” aprovado pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Artigo 102.º

Tipo de veículos

1 — Os veículos da companhia de bombeiros, atendendo ao fim a que se destinam e à natureza do equipamento que transportam, classificam-se em:

- a) Veículos de combate a incêndios;
- b) Veículos com meios elevatórios;
- c) Veículos de socorro e assistência técnica;
- d) Veículos de socorro e assistência a doentes;
- e) Veículos de posto de comando;
- f) Veículos de proteção;
- g) Veículos de transporte de pessoal;
- h) Veículos de apoio logístico;
- j) Veículos motorizados específicos.

2 — As regras de empenhamento dos diferentes veículos nos diversos tipos de ocorrências são reguladas em norma de execução permanente.

Artigo 103.º

Equipamento

1 — Os equipamentos utilizados na companhia de bombeiros classificam-se de acordo com o “Regulamento de Especificações Técnicas de Veículos e Equipamentos Operacionais dos Corpos de Bombeiros” aprovado pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, em:

- a) Equipamento de combate a incêndios;
- b) Equipamento de salvamento.

2 — As regras de empenhamento dos diferentes equipamentos nos diversos tipos de ocorrências são reguladas em norma de execução permanente.

Artigo 104.º

Equipamentos de combate a incêndios

São equipamentos de intervenção utilizados em operações de combate a incêndios e, atendendo ao ambiente da sua utilização, classificam-se em:

- a) Equipamentos de combate a incêndios em espaços naturais;
- b) Equipamentos de combate a incêndios em estruturas.

Artigo 105.º

Equipamentos salvamento

São equipamentos de primeira intervenção utilizados em operações de salvamento, e classificam-se em:

- a) Equipamentos de salvamento em meio aquático;



- b) Equipamentos de salvamento em meio urbano;
- c) Equipamentos de salvamento em montanha;
- d) Equipamentos de salvamento de desencarceramento;
- e) Equipamentos de salvamento em transportes.

Artigo 106.º

Carga de veículos

Os equipamentos que fazem parte da carga dos veículos da companhia de bombeiros obedecem a um registo impresso de “carga de veículo”, de acordo com modelo aprovado.

CAPÍTULO VIII

Infraestruturas

Artigo 107.º

Espaços públicos contíguos ao quartel

Os espaços de interiores circulação de veículos do quartel, vulgarmente designados por “parada” destinam-se exclusivamente à manobra dos veículos da companhia de bombeiros, à realização de manobras de diversa índole, ou à instrução e formação, não sendo permitido o estacionamento de veículos particulares ou a permanência do pessoal em serviço.

Artigo 108.º

Permanência no quartel fora da hora de serviço e visitas

1 — Fora do período de silêncio é permitido aos bombeiros que não se encontram de serviço permanecer no quartel, desde que não prejudiquem o normal funcionamento do mesmo e com conhecimento do chefe de serviço.

2 — Se houver necessidade de um bombeiro receber uma pessoa a título particular, deverá fazê-lo no hall de entrada, de forma célere e sem comprometer o normal funcionamento do serviço, solicitando prévia autorização do chefe de serviço.

Artigo 109.º

Áreas reservadas

1 — São áreas reservadas no quartel da companhia de bombeiros, aquelas a que, pelas suas características, apenas pode ter acesso o pessoal que ali presta serviço, designadamente:

- a) Os gabinetes de comando;
- b) A secretaria;
- c) O centro de comunicações;
- d) As arrecadações;
- e) Os arquivos.

2 — As áreas reservadas são identificadas com um dístico adequado, facilmente compreensível, a fim de evitar o acesso a pessoas não autorizadas.

3 — O comando pode definir novas áreas reservadas através de norma de execução permanente.

CAPÍTULO IX

Tradições, cerimónias e protocolo

Artigo 110.º

Conceitos gerais

A identidade e tradições da companhia de bombeiros resultam dos acontecimentos que marcaram a sua história e que devem ser **fielmente** guardados com autenticidade, para que mantenham a dignidade indispensável procurando-se a objetividade e a simplicidade.

Artigo 111.º

Protocolo

1 — As normas de protocolo a utilizar em cerimónias da companhia de bombeiros são as vigentes na lei das Precedências do Protocolo do Estado e o no Guia de Protocolo em Cerimónias de Bombeiros.

2 — O comandante da companhia, responsável pela aplicação das referidas normas, pode proceder aos ajustamentos corretivos que se mostrem adequados.

Artigo 112.º

Ordem unida, honras e continências

Na companhia de bombeiros as manobras de ordem unida, e de honras e continências são reguladas pelo prescrito no Regulamento de Ordem Unida Honras e Continências para os Corpos de Bombeiros.

Artigo 113.º

História da Companhia de Bombeiros Sapadores

1 — A tradição não se deve limitar a celebrar factos passados, devendo ter a preocupação de contribuir para a história futura mantendo-se o registo dos acontecimentos de relevo em que o corpo de bombeiros esteja envolvido.

2 — Apenso às diversas estatísticas, sobre os diferentes tipos de ocorrências, deve ser feito um registo desses factos, a publicar no Dia da Companhia.

Artigo 114.º

Dia da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga

1 — O dia da companhia de bombeiros – 8 de junho é o da data da sua fundação, e é consagrado à **respetiva** comemoração histórica.

2 — O dia da companhia de bombeiros é um dia festivo, devendo o programa dar realce ao facto histórico que se comemora.

3 — As festividades dizem respeito aos bombeiros no ativo, mas também a todos os que pela companhia passaram, que deverão ser expressamente convidados para o efeito.

4 — Estas celebrações solenes, além de proporcionarem o convívio entre todos os bombeiros que prestam ou prestaram serviço, destinam-se também ao estreitar do relacionamento com:

- a) A população civil;
- b) Outros corpos de bombeiros;
- c) Outros agentes e entidades de proteção civil.

Artigo 115.º

Sala de Honra

Os símbolos, troféus, menções honrosas, documentos históricos, fotografias e outros que se relacionem ou tenham interesse para a história ou tradições da companhia de bombeiros são devidamente arrolados, guardados e expostos em local adequado.

Artigo 116.º

Símbolos

São símbolos da companhia de bombeiros:

- a) O Estandarte, que é o símbolo representativo da Câmara Municipal e, simultaneamente, da companhia de bombeiros que dela faz parte integrante;
- b) O Guião, que é o símbolo de identificação da companhia, podendo usar-se em todas solenidades a que compareça a companhia;
- c) O Emblema, que é o símbolo que personaliza individualmente a companhia de bombeiros, é utilizado quer no uniforme, quer nos veículos oficiais.

Artigo 117.º

Içar e arriar das Bandeiras

- 1 — Em ocasiões solenes e sempre que o efetivo presente o permita, a cerimónia para o içar e arriar das Bandeiras é regulada pelo prescrito no Regulamento de Ordem Unida Honras e Continências para os Corpos de Bombeiros;
- 2 — Nos dias de grande solenidade a força que presta as honras às Bandeiras deve fazer uso de grande uniforme.
- 3 — As Bandeiras são transportadas do local onde estiverem guardadas até junto dos mastros, ou vice-versa, por igual número de bombeiros, fazendo uso do uniforme e equipamento idêntico ao da força que presta honras, que procedem ao ato do içar ou do arriar das Bandeiras.

Artigo 118.º

Guardas de honra

Os serviços de Guarda de Honra são determinados pelo comandante em ordem de serviço.

Artigo 119.º

Compromisso de Honra

- 1 — O compromisso de Honra é um ato público através do qual os novos bombeiros profissionais se inserem de forma solene na vida, tradições e espírito da companhia de bombeiros.
- 2 — O compromisso de honra é feito em formatura, perante o estandarte da Companhia de Bombeiros Sapadores de Braga e tem a seguinte forma:
“Juro! Cumprir as funções que me são confiadas, com respeito pelos deveres que decorrem da Lei e da Constituição.
Juro! Como bombeiro profissional estar sempre pronto a servir e socorrer o meu semelhante, sem quaisquer distinções, mesmo com o sacrifício da própria vida»

CAPÍTULO X

Disposições finais

Artigo 120.º

Entrada vigor

O presente Regulamento entra em vigor, nos termos da lei geral, após a sua aprovação pela Câmara Municipal de Braga.

ÍNDICE

SECÇÃO I	Disposições gerais	1
	Artigo 1.º — Lei habilitante	1
	Artigo 2.º — Âmbito e objeto	1
SECÇÃO II	Caracterização	1
	Artigo 3.º — Natureza	1
	Artigo 4.º — Dependência administrativa	1
	Artigo 5.º — Missão	2
	Artigo 6.º — Área de atuação	2
	Artigo 7.º — Tutela e dever de cooperação	3
CAPÍTULO II	ORGANIZAÇÃO	3
Secção I	Princípios gerais	3
	Artigo 8.º — Unidade de comando	3
	Artigo 9.º — Continuidade do comando	3
	Artigo 10.º — Continuidade do serviço	3
Secção II	Organização da estrutura	3
	Artigo 11.º — Unidades estruturais	3
Secção III	Comando	4
	Artigo 12.º — Comando	4
	Artigo 13.º — Comandante	4
	Artigo 14.º — 2º comandante	4
	Artigo 15.º — Adjunto Técnico	5
Secção IV	Secção Técnica	5
	Artigo 16.º — Secção técnica	5
Secção V	Secções Operacionais	5
	Artigo 17.º — Secções operacionais	5
	Artigo 18.º — Chefe	6
	Artigo 19.º — Subchefe principal	6
	Artigo 20.º — Subchefe de 1ª classe	6
	Artigo 21.º — Subchefe de 2ª classe	7
	Artigo 22.º — Sapador	7
Secção VI	Centro de Comunicações	7
	Artigo 23.º — Centro de Comunicações	7
	Artigo 24.º — Operador de Comunicações	8
Secção VII	Apoio administrativo	8
	Artigo 25.º — Secretaria	8
Secção VIII	Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE)	9
	Artigo 26.º Gabinete de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (SCIE)	9
Secção IX	Organização de conjuntura	9
	Artigo 27.º — Articulação	9
	Artigo 28.º — Unidades operacionais de conjuntura	9
	Artigo 29.º — Brigada	9
	Artigo 30.º — Equipa	10
Secção X	Funções não enquadradas	10
	Artigo 31.º — Funções ocasionais	10
CAPÍTULO III	FUNCIONAMENTO INTERNO	10
Secção I	Normas de funcionamento	10
	Artigo 32.º — Normas de execução permanente	10
	Artigo 33.º — Ordem de serviço	10
Secção II	Atividade operacional	11
	Artigo 34.º — Definições	11
	Artigo 35.º — Apresentações	11
	Artigo 36.º — Formaturas	11
	Artigo 37.º — Formatura do Início de Serviço	12
	Artigo 38.º — Revistas	12
Secção III	Atividade Interna	12

	Artigo 39.º — Secção de serviço	12
	Artigo 40.º — Organização	12
	Artigo 41.º — Atividade diária	13
	Artigo 42.º — Recolher	13
	Artigo 43.º — Silêncio	13
	Artigo 44.º — Alvorada	13
	Artigo 45.º — Força mínima de intervenção	14
	Artigo 46.º — Troca de serviço	14
Secção IV	Atividade externa	14
	Artigo 47.º — Atividade de socorro	14
	Artigo 48.º — Prestação do socorro	14
	Artigo 49.º — Condução de veículos	14
	Artigo 50.º — Limites de velocidade	14
	Artigo 51.º — Equipamento de proteção individual	15
	Artigo 52.º — Fases da intervenção em operações de socorro	15
	Artigo 53.º — Início e fim das operações de socorro	15
Secção V	Outra atividade externa	15
	Artigo 54.º — Prevenções	15
	Artigo 55.º — Vistorias, exames e inspeções	15
	Artigo 56.º — Notificação	16
	Artigo 57.º — Piquetes de prevenção	16
CAPÍTULO IV	INSTRUÇÃO E FORMAÇÃO	16
	Artigo 58.º — Instrução	16
	Artigo 59.º — Formação	16
	Artigo 60.º — Plano anual	17
Secção I	Quadros de pessoal	17
	Artigo 61.º — Quadros de pessoal	17
	Artigo 62.º — Dotações de pessoal	17
	Artigo 63.º — Processos Individuais	17
	Artigo 64.º — Cartão de identificação	18
Secção II	Quadro de comando	18
	Artigo 65.º — Comandante	18
	Artigo 66.º — 2º Comandante	18
	Artigo 67.º — Adjunto Técnico	18
	Artigo 68.º — Provimento dos cargos de comando	18
	Artigo 69.º — Posse do Comandante	18
Secção III	Quadro ativo	19
	Artigo 70.º — Carreira de bombeiro sapador	19
	Artigo 71.º — Cursos de promoção	19
	Artigo 72.º — Estágio	20
Secção IV	Deveres	20
	Artigo 73.º — Princípios gerais de conduta	20
	Artigo 74.º — Deveres gerais	20
	Artigo 75.º — Incompatibilidades	21
Secção V	Deveres especiais	21
	Artigo 76.º — Serviços mínimos	21
	Artigo 77.º — Disponibilidade permanente	21
	Artigo 78.º — Residência	22
Secção VI	Direitos e regalias	22
	Artigo 79.º — Direitos	22
	Artigo 80.º — Formação profissional	22
	Artigo 81.º — Acumulação de funções	22
	Artigo 82.º — Férias, faltas e licenças	22
	Artigo 83.º — Regime disciplinar	22
	Artigo 84.º — Horário de trabalho	22
	Artigo 85.º — Classificação de serviço	23

	Artigo 86.º — Estatuto remuneratório	23
	Artigo 87.º — Patrocínio judiciário	23
	Artigo 88.º — Acidentes em serviço e doenças profissionais	23
	Artigo 89.º — Outros direitos	23
	Artigo 90.º — Regalias no âmbito da educação	23
Secção VII	Distinções e condecorações	24
	Artigo 91.º — Generalidades	24
	Artigo 92.º — Referência elogiosa e louvor	24
	Artigo 93.º — Menção de mérito excelente	24
	Artigo 94.º — Distinções honoríficas	24
CAPÍTULO VI	UNIFORMES	24
	Artigo 95.º — Regulamento de uniformes	24
	Artigo 96.º — Atavio e apresentação	25
	Artigo 97.º — Limpeza e engomadoria do fardamento	25
	Artigo 98.º — Cabelo, barba e adornos	25
	Artigo 99.º — Artigos de higiene pessoal	25
CAPÍTULO VII	VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	25
	Artigo 100.º — Características	25
	Artigo 101.º — Veículos	26
	Artigo 102.º — Tipo de veículos	26
	Artigo 103.º — Equipamentos	26
	Artigo 104.º — Equipamentos de combate a incêndios	26
	Artigo 105.º — Equipamentos salvamento	26
	Artigo 106.º — Carga de veículos	27
CAPÍTULO VIII	INFRAESTRUTURAS	27
	Artigo 107.º — Espaços públicos contíguos ao quartel	27
	Artigo 108.º — Permanência no quartel fora da hora de serviço e visitas	27
	Artigo 109.º — Áreas reservadas	27
CAPÍTULO IX	TRADIÇÕES, CERIMÓNIAS E PROTOCOLO	28
	Artigo 110.º — Conceitos gerais	28
	Artigo 111.º — Protocolo	28
	Artigo 112.º — Ordem unida, honras e continências	28
	Artigo 113.º — História da Companhia de Bombeiros	28
	Artigo 114.º — Dia da Companhia de Bombeiros	28
	Artigo 115.º — Sala de Honra	28
	Artigo 116.º — Símbolos	29
	Artigo 117.º — Içar e arriar das Bandeiras	29
	Artigo 118.º — Guardas de honra	29
	Artigo 119.º — Compromisso de Honra	29
CAPÍTULO X	DISPOSIÇÕES FINAIS	29
	Artigo 120.º — Entrada em vigor	29
	Índice	30